

Paradoxo na agenda de 89

Noenio Spinola



A desastrada experiência brasileira com a moratória não conseguiu excluir da agenda nacional a idéia de que é possível reconduzir o debate sobre a dívida externa para o nível político. Lula, o candidato do PT à presidência, voltou a afirmar esta semana que não há como atacar a questão da inflação sem passar pela dívida externa e sua irmã quase siamesa, a dívida interna, combinada com o déficit público. O presidente José Sarney, sempre que se reúne com seus companheiros de infortúnio, os outros presidentes latino-americanos, bate — ainda que de forma bem mais branda — na mesma tecla, afirmado que os países pobres se transformaram em exportadores de capital para os mais ricos.

O PMDB não parece ter arquivado as teses da Fundação Pedroso Horta, que pregam intolerância com os banqueiros. O PDT é menos específico porque seu candidato, o engenheiro Leonel Brizola, aposta apenas em seu próprio carisma para chegar ao poder. Os teóricos do PDT acham que o eleitorado brasileiro ainda não está maduro para plataformas sofisticadas (o que o PT contesta) e que a América Latina ainda é um terreno fértil para o caudilhismo, seja ele à moda peronista ou em sua versão brizolista, capitalizando apenas a raiva dos eleitores com a inflação e o generalizado desejo de oposição ao governo.

Quer se queira, quer não, a dívida externa promete, portanto, voltar em todo o seu esplendor como um dos itens polarizadores nas campanhas de 1989. Se será assim, o que se pode esperar de um governo em fim de mandato e da ação isolada do responsável pela caixa, o seu ministro da Fazenda?

Dentro do Palácio do Planalto, pelo que se sabe, o presidente José Sarney tem sido solicitado a dar mais importância à sua agenda externa para 1989, mesmo correndo o risco de ser criticado por suas ausências freqüentes do país. Aqueles que querem uma desinibição maior do governo na questão externa em 1989 apontam para vários objetivos e apresentam alguns argumentos ponderáveis.

Primeiro, é preciso considerar a tendência da Comunidade Econômica Européia no ano que vem, quando os franceses assumem sua presidência, e preparam uma reunião de cúpula que coincide com o 14 de Julho. O governo Mitterrand tem adotado uma linha que estaciona a alguma distância do "terceiromundismo" ou de qualquer estímulo à formação de blocos de devedores, até porque os franceses são também credores. Mas Paris, ao contrário de Washington, dança na questão da dívida com um jogo mais flexível de cintura. O que poderia um presidente brasileiro incluir na agenda da Comunidade Econômica Européia para 1989 e além?

Juros unilateralmente mais baixos são o tipo da proposta que pode desconhecer as incógnitas da política monetária global para o ano que vem, onde a orquestra de violinos dos sete grandes bancos centrais tenta adivinhar e se possível impor um compasso na estratégia do presidente americano para controlar o déficit público. A despeito do peso específico dos sócios do grupo dos sete, liderado pelos bancos

centrais da Alemanha e do Japão, ninguém se atreve a dar uma resposta ao que serão as taxas de juros em 1989 antes que o governo Bush defina se vai aceitar cortes automáticos de gastos orçamentários previstos em lei, ou se vai negociar com um Congresso dominado pela oposição democrata uma fórmula criativa para conter o déficit público, sem negar sua promessa aos eleitores de não aumentar impostos.

A realidade monetária em 1989 será fortemente influenciada pela estratégia americana, e em função dela bailam as taxas de juros. Quanto mais altas ficarem, maior será o estrangulamento brasileiro. Existem portas de saída?

Um governo republicano renovado em Washington pode orientar-se para a América Latina escolhendo prioridades por países. Quem passou por Washington nos dias imediatos à eleição de George Bush ouviu muita gente bem situada apostar na prioridade mexicana, embora não se saiba precisar o que isso significa para a Casa Branca, além de promover investimentos ao sul do Rio Grande para conter a migração violenta de *chicanos* para o sul da Califórnia, o Texas e a Flórida. De qualquer forma, uma estratégia mais pragmática, menos baseada no apoio desordenado aos *contras*, pode melhorar o relacionamento americano com seus vizinhos de língua espanhola na América Central e no Caribe. A opção mexicana seria desenvolvimentista, da mesma forma que a opção pelo relaxamento nas relações com Moscou permitiria prever uma América Central menos turbulenta. Resta ver como isso sairá do forno, se sair.

Uma agenda brasileira para 1989 seria mais pragmática se o governo soubesse emprestar racionalidade ao debate político de 1989, tomando a iniciativa de propor alternativas para a questão da dívida que atraiam a comunidade financeira internacional, e não apenas governos. Um dos maiores mal-entendidos a esse respeito é a crença de que os bancos não querem saídas que não sejam ortodoxas, do tipo "paguem os meus juros e ponto final". Há uma dezena de propostas alternativas partidas das mesas de trabalho de banqueiros de primeira linha, que envolvem a retomada dos investimentos e a inversão do fluxo de capitais. Um fluxo que virou de lado, com dinheiro saindo legal e ilegalmente do Sul pobre para o rico hemisfério Norte em proporções cada vez maiores.

Qualquer iniciativa do governo que empreste nacionalidade a esse debate vai contribuir para que as campanhas políticas saiam da estratosfera, baixando ao mundo real. Terá o governo tempo para isso? Terá, sobretudo, disposição? Terá flexibilidade de agenda? O ano de 1989 inevitavelmente será marcado por mudanças estruturais profundas no Leste europeu, alimentadas pelo gás da perestroika do Sr. Mikhail Gorbachev, e, se democracia for o nome do jogo, isso significa que o Leste será tomador de capitais de longo prazo para revitalizar seus parques industriais obsoletos.

Se, então, o debate político orquestrado pelo Brasil subdesenvolvido guinar para o radicalismo, teremos um fenômeno curioso de inversão das correntes históricas. Enquanto o Leste europeu, que exportou o socialismo na primeira metade do século como principal combustível ideológico, busca a tecnologia e o capital do mundo capitalista, sua distante clientela intelectual regride no tempo, para trás da década de 50, em busca de soluções econômicas com fronteiras fechadas.